

# O PROBLEMA DO MAL EM SANTO TOMÁS DE AQUINO

## THE PROBLEM OF EVIL IN SANTO TOMÁS DE AQUINO<sup>1</sup>

Autor: Lucas Diamante Ribeiro<sup>2</sup>  
Orientador: Prof. Reginaldo Aliçandro Bordin<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo aborda o problema do mal na filosofia de Santo Tomás de Aquino, com ênfase na perspectiva moral. O problema levantado busca ponderar sobre a bondade e a maldade das ações humanas no exercício da moralidade. O mal enquanto ente metafísico, é uma ausência de bondade, por privação ou negação. Na moral é uma perversão do livre-arbítrio dado por Deus. É uma ignorância dos preceitos morais de instituição divina e/ou natural. A abordagem desta pesquisa é analítica, portanto, a proposta é compreender o mal, a partir das obras tomásicas, com ênfase para as questões 48 e 49, da *Suma Teológica*. Por se tratar de um tema que perpassa a história da filosofia, a análise das atitudes humanas ponderando a retidão ou não, precisa de critérios morais que, no caso, estão relacionados com as ordens divinas. Espera-se portanto, o desenvolvimento da análise do mal moral e sua implicação na prática.

**Palavras-chave:** Mal; Pecado; Escolha.

### ABSTRACT

This article approaches the problem of evil in the philosophy of Saint Thomas Aquinas, with an emphasis on the moral perspective. The problem raised seeks to consider the goodness and badness of human actions in the exercise of morality. Evil as a metaphysical entity is an absence of goodness, by deprivation or denial. In morals it is a perversion of free will given by God. It is an ignorance of the moral precepts of divine and/or natural institution. The approach of this research is analytical, therefore, the proposal is to understand evil, based on Thomas' works, with emphasis on questions 48 and 49, of the *Summa Theologiae*. As it is a theme that permeates the history of philosophy, the analysis of human attitudes, considering the rightness or not, needs moral criteria which, in this case, are related to divine orders. Therefore, it is expected the development of the analysis of moral evil and its implications in practice.

**Key-words:** evil; sin; choice.

---

<sup>1</sup> Artigo de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

<sup>2</sup> Graduando do Curso de: Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Email: [ldiamante@hotmail.com](mailto:ldiamante@hotmail.com)

<sup>3</sup> Graduado em Filosofia pela Universidade do Sagrado Coração (1999) e mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2003). Concluiu o doutorado no Programa de Pós-graduação em História da Educação, UEM. É professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

## 1 INTRODUÇÃO

Santo Tomás de Aquino (1225-1274), importante pensador da Escolástica, escreveu uma obra filosófica e teológica diversa. No conjunto de seus textos, merece destaque o problema do mal, pois ele entende o mal como sendo privação ou ausência de bem. No âmbito moral, o mal é o desvio do bem e resulta das escolhas erradas do homem. Para o cristão, Deus criou o homem e lhe deu a possibilidade de escolher e conduzir as suas ações. O mesmo Deus deu parâmetros de conduta e preceitos morais, no entanto, o homem pode escolher por Deus ou rejeitá-lo pela inobservância das regras.

A motivação a qual leva a tratar do mal, sobretudo do mal moral, é a relevância desse tema no pensamento ético-filosófico. Dentre as perspectivas filosóficas, a tomista, envolve a fé e a razão avaliando as ações e ajuiza sobre critérios dados pelo cristianismo. A discussão moral vincula as ações humanas com os valores e princípios, superando a mera especulação. No presente artigo, pretendemos analisar a concepção tomista sobre o mal moral presente na sua obra, a *Suma Teológica*, tendo em vista a seguinte questão: Como as escolhas humanas podem ser boas ou más? Esse problema moral, ultrapassa os limites temporais, despertando para a reflexão sobre os atos humanos e seus desdobramentos.

Pelo fato deste artigo ter cunho analítico, pretende-se a partir da bibliografia, elucidar a posição do filósofo sobre o problema. Em um primeiro momento, o propósito é expor como Tomás de Aquino entendeu a natureza do mal a partir das questões 48 e 49, da primeira parte da *Suma Teológica*. Em segundo lugar, situar, na filosofia tomista, a relação entre o bem e o mal nas atitudes humanas, e suas implicações na moral cristã.

## 2 A NATUREZA DO MAL NO PENSAMENTO TOMISTA

Para entender o problema do mal moral, é necessário analisar o que Tomás de Aquino considera como sendo o mal. Entretanto, é difícil situar no conjunto de sua obra, uma afirmação específica, uma vez que exige uma compreensão de sua filosofia e de suas definições teológicas. O ponto de vista tomista, parte da natureza; e compreende tudo como uma obra da ação criadora de Deus (MARITAIN, 1944). A compreensão de mundo e de como este está disposto é fundamental para sua filosofia. A criação, para Tomás de Aquino, é uma obra de arte de Deus refletindo sua Verdade e Beleza.

Conforme a estrutura da *Suma Teológica*, organizada de forma decrescente, Tomás de Aquino, depois de ter tratado de Deus e seus atributos, começa a discorrer sobre as coisas criadas, conceituando a criação como boa. Dentro do tema do mal, existem alguns desdobramentos tanto no campo lógico-filosófico quanto teológico. O mal pode ser entendido como deformidade pelo mal de degradação e corrupção e o mal nas atitudes, que se divide em culpa e pena.

Toda a compreensão tomástica do mal traz como pressuposto o conhecimento do bem na tentativa de distinguí-lo do bem e colocá-lo como oposto da bondade e do desejo. Comenta Quélhas (2013, p.49) que “não se encontraria a bondade perfeita e nem a máxima beleza se nas coisas não houvesse a ordenação da disparidade e da distinção. Não seria possível a distinção entre o que é bom ou mau e nem entre o que é belo ou feio”. Na ideia de criação, está pressuposto um ordenamento das coisas, uma disposição para o bem, uma relação entre todas as criaturas, e de certa forma, uma tendência a um fim bom (S. T., I, q. 22, a. 1-2).

No âmbito da metafísica, o problema do mal está ligado à ontologia, isto é, da existência do ente como ser e do mal como ausência. Depois de afirmar a ação criadora de Deus (S.T., I, q.44), Tomás de Aquino trata da distinção das coisas (S. T., I, q.48) deparando-se com o problema do mal na medida em que se distingue do bem, isto é, a fim de explicar o bem pelo elemento contrário. Para compreender essa distinção, é salutar ter em mente a concepção do bem como aponta Hill (2017). Bem é aquilo que existe, pois a coisa criada se move em direção da atualização de suas potências, logo, esse ordenamento não pode ser mal, antes, confirma sua bondade.

A primeira afirmação fundamental é que o mal seja a ausência do bem, uma vez que Tomás admite que todas as coisas criadas por Deus são boas, ou seja, que Deus não pode ter criado o mal, pois é o puro Bem (S.T., I, q. 49, a. 2). Quando referimos sobre a natureza, acenamos para origem ou constituição que é aquilo que faz a coisa ser o que é. Por ausência, entende-se que o mal existe, mas não enquanto algo natural e necessário, porque as coisas naturais foram justapostas com uma utilidade. O mal existe por acaso, em linguagem metafísica, por acidente e não por essência.

Sobre a natureza do mal, na *Suma Teológica* trata-o como uma ausência de ser, de forma que não é de natureza criada ou algo concretamente existente como ente, todavia existe em função do bem (S.T., I, q. 48, a. 1). Segundo Maritain (1944), essa concepção tomista atualizou e aprofundou o que havia sido teorizado por Santo Agostinho, sobretudo, com relação à noção de que o mal não é algo existente, mas uma ausência.

Tal como a escuridão é entendida em relação à ausência de luz ou como o frio que é ausência de calor, assim o mal existe, porém, só pode ser definido nas coisas naturais, como falta de bondade (S.T., I, q.48, a.1). Em face disso, o mal compreendido como uma falta de bondade, não pode ser de forma nenhuma um bem, nem naturalmente desejado, nem existir como princípio criado. Sertillanges (2020), comenta que a posição tomista da permissão divina para existência do mal, advém da necessidade de que o universo fosse mais perfeito, com vistas ao encargo que haveria de concretizar. O comentador leva em conta a concepção de Santo Tomás de que o objeto da criação não são as criaturas de modo individualizado, mas do conjunto harmônico e ordenado que formam e fundamentam suas relações com as outras criaturas, sendo assim, uma visão conjuntural que não pode ser desconsiderada.

Como aponta nas cinco vias para se provar a existência de Deus, entre as coisas criadas existem graus de perfeição (S.T., I, q. 2, a. 3) e, portanto, desigualdades com relação à excelência. Igualmente, Santo Tomás considera necessário conter na obra perfeita da criação não apenas seres ou coisas incorruptíveis, como também coisas que se degradam, embora isso não aconteça por completo e sim em partes (S.T., I, q.48, a. 2). Por exemplo, há coisas que foram criadas boas e, no entanto, não estavam impedidas de se estragar, como uma fruta que é boa e com o passar dos dias se degrada pela putrefação, não perdendo sua natureza, mas transformando suas aparências. Dessa forma, existem coisas criadas com a permissão de deixarem

de ser boas e, por esse afastamento do bem, incorrem num tipo de mal, o mal de corrupção. De acordo com Sertillanges (2020), um ponto de dissonância entre Tomás e Agostinho é com relação à visão agostiniana de que o mal seja um elemento do belo universal. Distintamente, o Escolástico alega que os bens pontuais sobre os quais o mal opera, não o tornam bom, apenas ocorrem por condição. Se o resultado do mal vier a ser um bem, não abona a maldade, porém, só chegou a ocorrer por um acaso.

Considerados estes aspectos, Santo Tomás trata da supressão do bem pelo mal e em quais níveis isso ocorre (S.T., I, q. 48, a. 1). A redução qualitativa e formal do bem não atinge o seu ser mais profundo, de modo que não age na causa, ainda assim tão somente diminui os efeitos do bem, reduzindo a potência ao ato. Na *Suma Contra os Gentios* (III, c. 12), Tomás de Aquino cita o exemplo da cegueira como sendo uma diminuição do bem da visão, no entanto, o sujeito permanece. Em outras palavras, podem ser diminuídos os efeitos da sensibilidade por um sentido, senão o ser do indivíduo não é diminuído.

Ao retomar as categorias metafísicas de Aristóteles, Santo Tomás compreende que algo substancial é o que naturalmente existe e pode afirmar o ser como tal. Nesse entendimento, o mal não pode ser uma substância, mas é a negação desta (S. C. Gent., III, c. 7). Isto quer dizer que, para Tomás de Aquino, não pode haver algum elemento natural que seja mal em sua natureza. O mal, portanto, pode ser dito enquanto um ente, ou seja, algo existente, mas por privação ou negação, nunca como natureza. Dessa forma, para citarmos um exemplo, quando alguém está acometido por alguma doença, não é correto dizer que a doença é algo que se soma ao seu ser, mas que lhe priva de saúde. De tal modo, Aquino afirma que o bem pode ser diminuído com relação a sua qualidade, não subtraindo de seu ser, assim, a doença está no indivíduo, lhe diminuindo a saúde, mas não o muda, nem o faz deixar de ser homem (S.T., I, q. 48, a. 4).

Essa diferença é percebida também quando se produz algo a partir de outra coisa. Para o objeto que foi transformado, essa transformação lhe foi um mal, mas o intuito de mudança para algo melhor torna esse mal menor, ademais, muitos bens não existiriam sem que houvesse essa transformação (S.T., I, q. 48, a. 2). Acerca disso, existem vários exemplos de coisas produzidas a partir de outras, sendo as primeiras mais simples que, a partir da mudança aparentemente má, tornou-se algo melhor.

Quando o Aquinate trata do mal como ausência, refere-se a uma privação e não a negação. Prosseguindo sua exposição, Tomás de Aquino apresenta o fato de

que uma ausência por negação não é por si um mal, pois a cada natureza existem características próprias (S.T., I, q. 48, a. 3). Contudo, não se pode afirmar que a privação de um certo bem, seja um mal, pois cada coisa possui certos tipos de bem, e não outros, o que não a torna má, nem incompleta, tão somente aquilo não lhe é próprio. Por exemplo, um boi não tem a agilidade de um leopardo, entretanto, essa característica não lhe faz ser mal, apenas não lhe é natural, assim a privação de um bem, por si só, não é um mal.

Já a negação é diferente e esta, sim, é má. Pois quando algo próprio do ser ou do objeto é retirado ou está ausente, constitui-se um mal. Isto é, quando uma coisa não está íntegra, se encontra em uma condição desfavorável, ou seja, é uma espécie de mal. Quando falta algo ao ser que seria natural, não por isso deixa de ser bom, mas é privado de algo que lhe é próprio. Por outra forma, quando um ente está em ato ou tem potência está direcionado ao bem enquanto tal, entretanto se vier a ser privado de alguma de suas características substanciais, passa a ter um mal. No entendimento tomista, (S. T., q. 48, a. 3) o sujeito, mesmo tendo atingido alguma de suas partes pelo mal, não pode ser todo mal. Desse modo, a negação acontece no sujeito sem que este perca sua essência boa, assim sendo, o mal existe no sujeito bom.

Acerca da causa ou das causas do mal, Tomás de Aquino concorda que deve necessariamente haver uma causa do mal, porquanto já se afirmou que algo mal resulta da privação de um bem (S. T., I, q. 49, a. 1). Outrossim, se as coisas criadas íntegras, podem incorrer na privação de sua bondade, a causa dessa privação passa a ser objeto de estudo. A afirmação do Aquinate é que a causa material do mal é a que se expôs anteriormente de que o sujeito do mal é bom; ainda assim, esse bem é privado pelo mal, então não se constitui como uma matéria, mas como sua ausência. A causa formal e final são inexistentes segundo Santo Tomás, pois o mal priva uma forma e desordena a coisa de sua finalidade original (S.T., I, q. 49, a. 1). E finalmente, a causa eficiente trata na verdade de uma causa deficiente, pois o mal ocorre por acidente e não por si.

Além disso, em resposta à questão se Deus é a causa do mal, Aquino responde que em Deus não pode haver imperfeição ou deficiência, pois lhe é próprio ser perfeito. Por ser o mal uma deficiência, não pode ser Deus a causa desse mal, dado que iria contra seus atributos divinos. Ademais, ao dispor a criação com um fim bom e ordenado, Deus não desejaria que isso fosse desviado e corrompido, porém permitiu

livremente às criaturas inteligentes escolherem. Por atributo de justiça, Deus não quer o mal, mas pune aqueles que nele incorreram (S.T., I, q. 49, a. 2).

A interrogação se há uma causa primeira de todos os males, afirma Santo Tomás, não há um princípio de todos os males, como há para as coisas boas. Esta conclusão lógica, deriva do pressuposto de que o mal existe por acidente e não como causa. Assim sendo, não se pode remeter por sucessivas causas, a uma causa que seja originária, todavia um conjunto de acidentes que são tidos por mal (S.T., I, q. 49, a. 3). Volta-se aqui à questão se Deus seria a causa do mal, entretanto, não lhe é próprio produzir o mal por ser a Bondade Suprema, embora permitiu que o mal permeasse as coisas boas em graus e com características diferentes.

Essa compreensão de caráter mais metafísico de investigação do mal nas coisas, sua constituição ontológica e suas causas são importantes para compreensão do tema central deste trabalho, que é o mal na perspectiva moral. Na seção seguinte, abordaremos como essas considerações de Santo Tomás influenciaram a sua forma de definir o que seriam as atitudes humanas más.

### **3 O MAL MORAL**

Na perspectiva moral, o pensamento tomista estabelece uma relação entre a fé e a razão, submetendo pressupostos filosóficos às definições teológicas. Nesse sentido, funda-se a existência do mal nas escolhas e nas ações como pecado e perdição, pois, para o cristão, se deve temer mais o inferno, que é a separação total e eterna de Deus, do que os males temporais. O ato moral, pressupõe uma consciência sadia, já que é a consolidação das leis naturais e divinas. Agir moralmente é dirigir-se segundo as balizas da retidão e da justiça. É ter uma conduta correta e agir mal é desobedecer. Com relação a isso, a síntese tomista, advém de uma ampla pesquisa e compilação do que disseram os Padres da Igreja a partir daquilo que está contido nas Escrituras Sagradas. Sobre o mal moral, afirma Maritain (1944, p. 10), “creo que santo Tomás es el único pensador que ha considerado ese problema en toda su dificultad, y creo que la solución que propone es uno de sus descubrimientos filosóficos más originales.” Embora a compreensão de Santo Tomás seja original, não há em seus escritos, textos que tratem do mal moral nestes termos, mas é um apanhado de todo o seu edifício lógico, de fundamentação filosófica da teologia.

Segundo Paulo Faitanin (2006, p. 107), o mal moral é o pior tipo de mal para o homem, no tomismo. Ao comentar que esta privação é a pior, faz referência a perda do maior Bem, que é Deus, através da condenação eterna pelo pecado, ao qual é um sinônimo.

A perspectiva cristã, atribui a Deus o sujeito criador e ordenador, ainda mais, o ideal de toda perfeição e Verdade. Tudo quanto é criado é ser, mas não por si mesmo, mas (é ser) enquanto participa do ser de Deus. O Criador, subsiste por si mesmo e não depende de nada, mas as coisas criadas dependem Dele para ser (S. T., I, q. 44, a.1). O mundo em sua amplitude, foi criado por Deus, como um todo formado de diversas partes, assim as criaturas se complementam harmonicamente. A distinção das coisas entre si é proposital, ocasionadas pela Sabedoria divina (S. T., I, q. 47, a. 2). Como havíamos mencionado, existe um ordenamento nas coisas criadas por Deus, uma inclinação para o Bem, que é Ele mesmo (S. T., I, q. 44, a. 4).

A noção antropológica tomista é de uma criatura inteligente composta de matéria e forma, isto é um corpo material, sensível e uma alma racional, que é forma desse corpo (S. T., I, q.75, a.1). Segundo essa perspectiva, o homem foi criado único, à imagem e semelhança de Deus, superior às plantas e aos animais, mas inferior a Deus e aos anjos. Ao ser humano, Deus deu a alma, a liberdade e a vontade. Graças à inteligibilidade que o homem possui, lhe é possível praticar o bem, exercer a sua liberdade, dado que somente os seres que possuem intelecto podem conhecer e reconhecer ao seu Criador que é Deus. Deste modo, o homem é predisposto ao bem, agindo mal apenas quando se desvia desse bem e escolhe livremente agir mal.

O sujeito moral em questão, refere-se apenas às criaturas dotadas de razão, uma vez que Deus não o pode ser, pois está fora da ordem criada, não podendo ser mensuradas suas ações com critérios semelhantes à de suas criaturas (HILL, 2017). Tomás de Aquino entende que Deus quer o Bem de todos, por ser Ele o Bem supremo, não poderia assim querer o mal, sendo Ele livre, não pode escolher errar (S. T., I, q. 19, a. 10). Não se trata de limitar a liberdade de Deus para a ação má, mas essa visão seria incoerente com a sua natureza, o que não pode ocorrer pela lógica. Além do mais, a atitude imoral dos seres humanos é entendida por Santo Tomás como sinônimo de pecado, que se desdobra em pena e culpa, como se verá adiante.

Os anjos, no entendimento tomista, são seres puramente espirituais, dotados de intelecto, no entanto, diferente dos homens que possuem corpos, os anjos são pura inteligência, e possuem também vontade (S.T., I, q. 54, a. 5). O doutor angélico, como

é conhecido Santo Tomás, expõe o fato de que os anjos conhecem as coisas em sua essência, a verdade em si mesma, diferente dos homens que conhecem por composição e divisão. Isso se deve ao fato de serem pura Inteligência, estando inferiores somente a Deus. Não pode, portanto, naturalmente haver erro no modo de conhecer dos anjos, mas é possível, por acidente. Os demônios, que são anjos rebeldes, negando a sua inteligência ordenada ao bem, se negam a submeter-se ao Criador e preferem hesitar contra sua natureza mesma, que é boa, sendo essa decisão um mal moral (S. T., I, q. 58, a. 5).

Além disso, tanto anjos como homens, possuem o livre-arbítrio em razão de seu intelecto. Para Tomás de Aquino, é inerente ao ser inteligente a liberdade de escolher entre o bem conhecido e o mal, que é sua negação (S. T., I, q. 59, a. 3). Diferentemente dos homens, os anjos já foram criados em um estado de perfeição e não necessitam de esforço para alcançá-la, embora só o sejam pela virtude da graça divina (S. T., I, q. 62, a. 2). A natureza angélica bem como toda a criação, está inclinada ao Bem, mas pode não querer essa Graça, incorrendo no mal, como é o caso dos demônios (S. T., I, q. 62, a. 3). Os anjos possuem uma natureza mais elevada por ser puramente espirituais e não sofrerem a corrupção material. O mal moral, nas criaturas que possuem um corpo material muitas vezes está relacionado com apegos aos bens fugazes e os impulsos da vontade pervertida. Entretanto, no que concerne aos anjos não possuem esses apegos, incorrendo no mal apenas por inveja e/ou soberba, que são próprios de criaturas inteligentes (S. T., I, q. 63, a. 2). Os anjos foram criados livres, perfeitos e inteligentes, todavia, uma parte deles tomados de soberba, se revoltaram contra Deus e a ordem estabelecida. Estes rebeldes, que são chamados demônios, foram expulsos do céu e castigados no inferno, culpados pela sua escolha obstinada (S. T., I, q. 63, a. 5).

Tendo analisado a questão do mal moral nas naturezas angélicas, consideremos o mal nas escolhas do ser humano, que se diferem dos anjos em alguns aspectos. O objetivo de Tomás de Aquino ao discutir o problema moral, é ajuizar as ações humanas segundo critérios próprios. As atitudes que seguem os princípios morais, são consideradas boas e justas por levarem a termo o propósito divino do ordenamento natural ao Bem, aproximam o homem do ideal que é Deus. As que são consideradas más, o são pelo desvio do Bem, uma desordem que os afasta da presença de Deus, por serem responsáveis pela culpa, merecem ser corrigidos através da pena, pela Justiça Divina. O mal para o homem, ainda pode ser

considerado em razão da morte e dos sofrimentos, estes que são consequências do pecado original (SERTILLANGES, 2020, p. 251).

Na obra *Compêndio de Teologia*, Santo Tomás de Aquino sintetiza as questões teológicas mais fundamentais. Por entender as escolhas más como pecado, o Aquinate afirma que o pecado original foi a causa da expulsão do homem do paraíso celeste, perca da condição de imortalidade e da retidão de caráter, gerando uma desordem com relação às paixões (C. T., II, c. 1, § 3- 6).

Antes dessa decadência, o ser humano era íntegro e dominava as vontades pela racionalidade, possuía uma harmonia em si que o predispunha à ordem natural. Nas palavras de Tomás de Aquino, vivia uma *justiça original* (C. T., II, c. 1, § 2, n. 1). Ao ignorar todos estes bens e escolher mal e perdeu seus privilégios de viver na presença de Deus. Essa perdição ocasionou um desejo de preencher essa lacuna que foi aberta pelo pecado, fazendo com que o homem desejasse preencher com coisas irrisórias, um espaço que só a Graça de Deus poderia plenificar. Assim, surgem as concupiscências e pecados habituais. Essas consequências foram transmitidas a todos os seres descendentes, isto é, todos os seres humanos (C. T., II, c. 1, §10).

Contudo, pela Divina Providência, o ser humano precisava de uma segunda chance, por isso, Jesus Cristo que é Deus encarnado, reparou o pecado e restituiu ao homem a sua dignidade original. Pelos méritos salvíficos de Cristo, a pena eterna foi abonada a todos quantos queiram haurir dela, aceitando a Vida Eterna (C. T., II, c. 1, §14).

Seguindo a compreensão de que o mal é uma ausência, como analisamos na seção anterior, o mal moral também é uma ausência de bem. Ocorre quando falta bondade e ordem no agir de uma criatura racional. Entretanto, só pode ocorrer com o pleno consentimento daquele que pratica a ação, isto é, para ser um desvio moral ou pecado, o indivíduo tem que saber previamente qual a maneira correta, e não querer agir retamente. Se se tratar apenas de uma falta de atenção à lei, seja divina ou natural, ou mesmo um descuido da razão em pautar-se no que é correto, segundo Maritain, não consiste em um mal propriamente moral, por não ter um assentimento racional da criatura em desviar-se da regra (MARITAIN, 1994, p. 12).

Não obstante, se sob certas ações não houver uma regra que determine a maneira correta de proceder, não se pode considerar um mal. Por exemplo, se não há qualquer indicação que algo seja perigoso ou proibido, desde que a razão natural não indique o contrário, é injusto o julgamento que condenar a sua prática, pois não

se tinha conhecimento de tal. Embora permaneça livre e tenha consentido, o indivíduo não tinha conhecimento dos princípios morais.

O mal moral gera a culpa, que é contrária à vontade por ser uma consequência do mal. Ela atinge o que praticou uma ação má ou induziu a outrem. Para Aquino, quando se provoca alguém ao mal, aquele que atenta é também culpado (S. T., I, q. 48, a. 5). O Escolástico escreve que o mal de culpa torna o homem mau, é um defeito da vontade que resulta nas consequências de sua culpa, deste modo, o homem mesmo é autor desse mal. Em razão do homem mesmo tomar consciência de seu mal, é um sofrimento maior e não pode conduzir a um bem sob caráter educativo, mas apenas ao mal (S. T., I, q. 48, a. 6).

No que tange ao sofrimento humano, está associado à culpa, assim, antes do pecado o homem não sofria, mas passou a sofrer. O sofrimento é decorrente do pecado original e atinge a todos os seres humanos. Nesse sentido, Faitanin (2006, p. 127) coloca que para o Cristianismo sofrer é ser privado de um bem devido. Por exemplo, a concupiscência que é inclinação para o pecado, obscurece à consciência humana as consequências do pecado, desse modo, sentimos prazer no pecado e isso nos impulsiona a fazer, entretanto, quando o pecado acontece de fato, retornamos à consciência sadia e sobrevém o sofrimento da culpa por ter pecado, o ressentimento, que são formas de sofrimento.

Para o Aquinate, o mal de pena é uma privação da vontade, uma consequência de uma ação e é um mal porque não é algo desejado, embora seja justo. Por efeito da Justiça de Deus, esse tipo de mal pode parecer ser Deus o autor, não porque queira o mal, mas por ser Justo, deve punir aquele que age mal deliberadamente. Outrossim, Aquino ainda explica que a pena é aplicada com vista a uma correção, uma reordenação ao fim devido. Ademais, a pena tem o objetivo de amenizar o sentimento de culpa, pela virtude da Justiça (S. T., I, q. 48, a. 6). Para exemplificar numa situação moral, quando um cidadão comete um crime, a sua ação lhe gerará uma consequência justa. De acordo com o ato criminoso, será aplicada uma pena que pareça ser equivalente e essa pena tem duas finalidades: a primeira é a tentativa de educar o homem para a justiça e a segunda é amenizar sua culpa por assumir as consequências de seu ato.

Como dissemos, o mal moral em Tomás de Aquino é entendido como equivalente ao pecado, pelo fato de que Deus quer todas as coisas ordenadas ao Bem e quaisquer atentados a esse plano divino se constitui uma ofensa ou pecado. Para

que a ação pecaminosa se concretize, exige três pressupostos: vontade, conhecimento e liberdade. Destes, são inerentes à natureza do homem a vontade e a liberdade e o conhecimento é próprio do seu modo de inteligir.

No entendimento de Sertillanges, Santo Tomás pensa que o que introduziu o pecado no homem foi o mal uso do livre-arbítrio, isto é, na condição natural o homem não era inclinado ao mal, mas possuía o livre-arbítrio que, se considerado em si mesmo, é um bem, mas não exclui a possibilidade do erro (SERTILLANGES, 2020, p. 252). Tomás de Aquino, considera a vontade e o livre-arbítrio como sendo uma realidade, que se divide em categorias diferentes, da potência e do ato. Dados por Deus na origem, são bons mas podem ser usados mal pelo ser livre que as possui. A vontade que é potencial, diz respeito à uma inclinação, uma possibilidade de agir mal, como que uma sugestão. Se considerada em si mesma, a vontade não constitui um pecado. Já o livre-arbítrio é o poder de assentimento, é a concordância e a atualização da potência (S.T., I, q. 83, a. 4).

O pecado é essa perversão da vontade contra a ordem estabelecida, o sentido espiritual do pecado para o Cristianismo, é uma ofensa e um desvio do bem devido. Além disso, o pecado pode ter três destinatários: a Deus, ao semelhante e a si mesmo. Embora quando ofenda a outras pessoas ou a si mesmo, ofende indiretamente a Deus que as criou e as quais sustenta em razão de seu Ser.

Ademais, como se viu, a compreensão tomista do mal referente às atitudes humanas, são desvios da Bondade, uma ausência da Justiça e dos atributos positivos da criação e do governo de Deus em suas criaturas. O ser livre e inteligente é propriamente o sujeito da ação moral, em virtude do conhecimento do que é correto e da liberdade de assentir ou não nessa retidão, o que caracteriza o caráter moral do indivíduo. A relação entre o mal moral com o pecado é a estreita ligação da desordem causada pelo pecado e a rejeição da ordem nas criaturas inteligentes. Além de ter consciência do pecado, o indivíduo não refreia suas paixões que o inclina à imoralidade e consente, sendo-lhe cabidas as consequências de suas escolhas, seja pela pena ou pela culpabilidade.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ponderando o que foi exposto neste trabalho, foi possível analisar como o mal foi considerado por Santo Tomás de Aquino, enquanto ausência de bondade, por consequência, uma ausência de ser. Dentre as coisas criadas, o mal não foi desejado, mas, pela diversidade das coisas, o mal aparece como privação ou negação. No que tange a maldade nas ações humanas, são devidas à não observância das determinações morais naturais e divinas. Como criaturas livres, os homens podem deliberar se agirão bem ou irão se desviar para a maldade.

Ao passo que a liberdade é um privilégio em relação às outras criaturas de Deus, torna-se uma responsabilidade grande para o ser humano. Devido a essa escolha livre a destinação eterna também depende do homem, que pode viver segundo o desejo de Deus e suas determinações ou ignorá-lo e ter uma conduta obstinada no pecado, encaminhando-se para o mal e a perdição eterna.

Para a posteridade, este tema pode se desdobrar e aprofundar em outros trabalhos. Uma pesquisa mais aprofundada sobre a liberdade, pode considerar outros aspectos que não puderam ser tratados nesta. A problematização da moral, pode refletir sobre os valores atuais, investigar sua origem e legitimidade, bem como de estudar a ideia do governo divino. Ainda, podendo partir de uma análise teológica dos fundamentos da ação moral, trazendo para situações mais específicas da Contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Tomás de. **Compêndio de Teologia**. Tradução de Dom Odilão Moura. 1ª ed. Sertanópolis: Calvariae Editorial, 2020. (Abreviação: C.T.)

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. v. I e II. São Paulo: Edições Loyola, 2001-2002. (Abreviação: ST).

AQUINO, Tomás de. **Suma Contra os Gentios**. Tradução de Maurílio José de Oliveira Camello. v. 3. 1ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015. (Abreviação: S. C. Gent.)

HILL, Joseph. Santo Tomás e o problema do mal. **Pensar**- Revista Eletrônica da FAJE, v. 8, n. 2, p. 165-181, dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.faje.edu.br/index.php/pensar/article/view/3880>. Acesso em: 16 out. 2021.

MARITAIN, Jacques. Santo Tomás de Aquino y el Problema del Mal. Conferencia dictada en 1944 en Marquette University, Milwaukee, EE.UU. Disponível em: [https://www.jacquesmaritain.com/pdf/04\\_MET/10\\_M\\_MalSTA.pdf](https://www.jacquesmaritain.com/pdf/04_MET/10_M_MalSTA.pdf) Acesso em: 15 out 2021.

QUELHAS, Daniel Athayde. Tomás de Aquino e o otimismo cristão: a presença do mal no mundo como evidência da bondade divina. **Synesis**, Petrópolis, v. 5, n. 2, p.42-62, dez. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6356623.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2021.

SERTILLANGES, Antonin-Dalmace. **O problema do mal**. Tradução de Enzeo Emmanuel. 1ª ed. Sertanópolis: Calvariae Editorial, 2020.

Maringá, 18 de novembro de 2021.